



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## **UM NOVO OLHAR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A PARTIR DAS POTENCIALIDADES LOCAIS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA**

*A NEW VIEW FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT FROM THE LOCAL POTENTIALITIES OF  
THE INDIGENOUS COMMUNITIES IN THE AMAZON, BRAZIL*

PORTO, Rafael Gastal

Engenheiro Agrônomo, Pesquisador da Embrapa Roraima, Boa Vista/RR, Brasil. E-mail:  
rafael.porto@embrapa.br

SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa

Sociólogo, Pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus/AM, Brasil. E-mail:  
lindomar.j.silva@embrapa.br

Resumo: O presente estudo traz uma contribuição ao debate teórico acerca de novas visões sobre os processos de desenvolvimento territorial endógeno (DTE) a partir da discussão das novas ruralidades e das potencialidades locais e regionais das comunidades indígenas na Amazônia. Sabe-se, de forma empírica, da imensa riqueza cultural e em recursos naturais que a Amazônia apresenta e, levando-se em consideração essa enorme diversidade, estão inseridas as comunidades indígenas as quais tem um elo forte de ligação com este bioma e suas relações. Os processos de produção e de extrativismo nas comunidades indígenas se baseiam em modos sustentáveis de manejo e consumo, haja vista que a escala e o impacto desta intervenção antrópica não se configuram em exaurimento e dilapidação do patrimônio biológico e dos recursos naturais. Neste artigo, serão discutidos à luz da teoria os processos chamados de endógenos, ou seja, aqueles que partem da base produtiva local para escalas regionais onde o desenvolvimento territorial figura como uma resultante natural quando os atores, no caso os indígenas da Amazônia, passam a ser protagonistas de novos modelos de desenvolvimento. Aliados ao poder público comprometido com as causas sociais, políticas públicas e aos mais diversos órgãos, instituições e movimentos sociais em que se façam presentes agentes fomentadores dessa vertente, poder-se-á vislumbrar outras visões e perspectivas de processos de desenvolvimento participativo. Para tal, neste estudo, se utilizou de método a revisão teórica e as observações a campo dos investigadores em conversas pessoais com os líderes indígenas. Entretanto, abre-se uma lacuna importante para a pesquisa desenvolver trabalhos na linha de modelos de produção e de extrativismo com vistas à manutenção no viés da ecologia. Esta abordagem serviria como subsídio à conservação e ao uso sustentável das espécies no que tange às diferentes práticas associadas à exploração de recursos neste bioma. Como resultados deste estudo pode-se verificar neste artigo que existem várias demandas (tecnológicas e não tecnológicas) de variadas ordens que afetam a realidade dos indígenas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial, Amazônia, Comunidades Indígenas.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### Abstract:

The present study contributes to the theoretical debate around the new visions from the endogenous territorial development (ETD) processes based on the discussion of the new ruralities and regional and local potentialities of the indigenous communities in the Amazon. In an empirical sense it is known the huge cultural and natural resources wealth of the Amazon. Taking into account this diversity and that is the place where the indigenous communities are located, this people have a strong link with this biome and its relations. The production and extractivism processes in indigenous communities are based on sustainable ways of management and consumption. The scale and impact of this anthropic intervention doesn't constitute an exhaustion and dilapidation of biological heritage and natural resources. In this paper is discussed the so-called endogenous processes. Those kind of processes starts from the local productive base for regional scales where territorial development figures as a natural result when the actors, in the case the indigenous from Amazon become the protagonists of new development models. Allied to the public power committed to the social issues, to the public policies and to the most diverse organizations, institutions and social movements in which agents taking part of this aspect are made present, it will be possible to glimpse other visions and perspectives of participatory development processes. In this study it is applied theoretical review and local observations from both researchers, such as personal conversations to the indigenous leaders. However, there is an opened gap for the development of studies in production and extractivism models in order to maintaining the ecology bias. This approach would serve as a subsidy to conservation and sustainable use of species in relation to the different practices associated to the exploitation of resources in this biome. As results, in this study it is verified that technological and non-technological demands of various orders affect the reality of the indigenous communities.

Key words: Territorial development, Amazon, Indigenous communities.

### GT 13 – Teoría Social y Pensamiento Latinoamericano

#### I. Introdução

Ao longo de sua história, o Brasil vem vivenciando várias investidas internacionais relacionadas ao indigenismo e ao ambientalismo no país em função de suas riquezas naturais abundantes. Isso não ocorre somente na atualidade, mas advém de um longo processo de colonização até os dias atuais e, acirra-se, cada vez mais tendo em vista o poder do capital e da pressão exercida sobre as instituições de Estado e governos.

O Brasil tem enormes (senão as maiores) áreas e reservas protegidas da Floresta Amazônica e de áreas indígenas. Institucionalmente falando, existem esses reconhecimentos, no entanto, na prática, muitas áreas indígenas ou terras indígenas (TI's) ainda necessitam passar por todo um processo legal de reconhecimento que se alicerça na questão das demarcações por parte da União, ou seja, da esfera federal.

Historicamente as TI's foram roubadas, esbulhadas pelos invasores e agora tem-se, no espectro de governos com práticas simpatizantes às políticas neoliberais, um processo de aliado ao capital



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

financeiro mundial que perspectiva caminhos mais favoráveis à apropriação dessas riquezas naturais sob vistas da mercantilização dos bens materiais e imateriais da Amazônia a serviço do grande capital especulativo. Sendo assim, a questão indígena e ambiental no Brasil tem sido, inclusive, pauta e objeto de Comissões Parlamentares de Inquérito (as chamadas CPI's) no Congresso Nacional e tema de diversas publicações nacionais e internacionais.

As instituições de Estado que foram criadas para zelar, proteger e resguardar os interesses e o patrimônio histórico cultural dos índios, vê-se tornar cobiçada pelas correntes mais conservadoras da política nacional em função de troca de favores ligados a grupos de interesse, nomeadamente, os representantes dos ruralistas, fazendeiros e madeireiros.

Muitas ONG's, exércitos de países europeus, exército norte americano, serviços de inteligência internacional habitam na região Amazônica. Muito capital estrangeiro chega até as ONG's para "ajudar" na preservação e conservação dos patrimônios material e imaterial das florestas. Os índios se dividem em aqueles absolvidos pelo Brasil, os "isolados" e aqueles incorporados ao mundo globalizado.

Abdicar de integrar os indígenas, entregar a Amazônia Legal a estrangeiros (SIVAM), poucos investimentos em ciência e tecnologia na região, achar que as ONG's internacionais são as mais aptas a cuidar da região, manter o Norte amazônico pouco povoado, tudo são estratégias muito bem pensadas e arquitetadas para usufruto internacional. Penso que todas essas estratégias transformarão a Amazônia em zona de litígio internacional e terá como consequência, sua divisão ou a tornará zona internacional como a Antártica.

O governo federal acabou de abrir licitação internacional para monitoramento da Amazônia (78 milhões) que, segundo profissionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), esse valor é muito acima do recebido pela instituição nos últimos 30 anos para monitorar as queimadas e o desmatamento na região. Ou seja, com a privatização do satélite estacionário, com o SIVAM, com o monitoramento por satélite por empresas privadas, pode-se dar fim ao sonho em potencial de um dia tirar proveitos positivos e sustentáveis da Amazônia para o desenvolvimento nacional. Capacidade hidroelétrica, escoamento da produção para o Pacífico, nióbio, biodiversidade, agricultura, terra preta, entre outras potencialidades. Todos esses aspectos ficarão sob controle privado e capital financeiro e especulativo internacional.

Os índios são apenas uma variável em uma equação complexa que envolve a conquista de uma região riquíssima e mal aproveitada pelos brasileiros. A elite centro sulista, alienada e servil, será a responsável pela total perda de soberania do Brasil na região Amazônica.

Nesse íterim a vasta obra, as importantes contribuições de Darcy Ribeiro e sua extensa produção foi relegada ao esquecimento, em prol das "novas" correntes antropológicas, sempre importadas e com seus ventríloquos de plantão.

Ninguém pode dar lição ao Brasil nestes assuntos e temas. Precisa-se melhorar e direcionar políticas mais conviventes aos povos indígenas. E isto a Constituição Cidadã não fez. E não é só o fato de dar mais terras. Muito mais importante é dar apoio e condições de vida. Não existe país do planeta com tantas terras indígenas protegidas, com tantos povos indígenas, com legislação tão abrangente, em pleno 2017, que vivem de forma isolada. Melhorar, precisamos.

Portanto, sob essa seara o papel deste trabalho é o de vislumbrar formas e alternativas sustentáveis e participativas das comunidades com vistas a processos de desenvolvimento territorial endógeno.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mesmo sabendo-se que diante da atual situação e das perspectivas em termos de cenários, do ponto de vista político e institucional, não serem os melhores, entende-se que somente com a participação das comunidades indígenas fazendo, no bom sentido, “pressão” pelas políticas públicas de Estado a favor dos indígenas, seja o caminho a ser trilhado, mesmo com grandes dificuldades.

### **II. Marco teórico/marco conceitual**

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso respondeu a uma demanda dos movimentos sociais do campo brasileiro e a uma necessidade de dotar o governo de um mecanismo de administração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Também teve-se, em 1998, a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Nos governos dos presidentes Lula e Dilma este ministério e programas cresceram e se ampliaram. No caso do MDA se formulou e se executou um conjunto amplo de políticas de desenvolvimento: crédito, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural e reforma agrária, além de promover programas de compras institucionais de alimentos através da CONAB/MAPA (PAA) e do MEC/FNDE (PNAE) e de pesquisa e produção de sementes com a EMBRAPA/MAPA e de pesquisa/formação/extensão através do CNPq/MCTI.

Este conjunto de políticas atingiu um público de cerca de dois (2) milhões de famílias agricultoras, inclusive assentados/as da reforma agrária, povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, mulheres e jovens com amplos efeitos positivos na sua renda e nas suas condições de vida e de trabalho, o que contribuiu para que o Brasil pudesse sair do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

Estas políticas foram elaboradas e implementadas com ampla e intensa participação de representantes de todos os atores envolvidos na promoção do desenvolvimento: organizações de agricultores, de mulheres, de jovens, de indígenas, de quilombolas, de extrativistas, de pescadores, de ribeirinhos, de quebradeiras, de entidades de assistência técnica e de entidades de educação do campo vindas de todos os biomas do país. Esta experiência participativa de elaboração de políticas públicas foi articulada através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e não tem precedentes no Brasil e no mundo. Cabe também destacar a participação ativa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

As políticas do MDA evoluíram ao longo dos últimos 13 anos para adotar a meta de apoiar a agricultura familiar para a produção sustentável de alimentos saudáveis através do incentivo e promoção da agroecologia. Esta proposta ficou consagrada tanto na I Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural como na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, bem como, na elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) que envolveu 11 ministérios sob a coordenação do MDA e da Secretaria do Governo Federal.

Outras políticas que beneficiaram a agricultura familiar, coordenadas por outros ministérios, tais como os programas Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia; Um Milhão de Cisternas e



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Uma Terra e Duas Águas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estiveram estreitamente articuladas com as políticas e com recursos do MDA e contando com a participação na sua elaboração e execução com as várias entidades representadas no CONDRAF.

Neste momento em que há riscos e ameaças reais de retrocessos na jovem democracia brasileira, nas políticas de desenvolvimento, bem como, nas políticas sociais, a sociedade brasileira que, diariamente, se alimenta dos produtos da agricultura familiar, deveria reforçar e fazer ecoar a necessidade fulcral da permanência dos incentivos a esta categoria social e à agroecologia com vistas a sistemas de produção sustentáveis, consequentemente, com produções limpas do ponto de vista da saúde e da nutrição, tanto na unidade de produção/agricultores como para os recursos naturais e para o consumidor final.

Ressalta-se que o desmonte das estruturas que sustentam a efetivação das referidas políticas públicas, sacrificarão e farão sucumbir programas e projetos que vinham na lógica de emancipação, empoderamento e autonomia da produção de base familiar, em especial, na vertente agroecológica. Assim sendo, propostas de retrocesso que atentem contra a existência da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), bem como, contra os processos de demarcação dos territórios indígenas, ameaçados pela PEC 215, e de regularização dos territórios das comunidades tradicionais, só aumentarão as diferenças ainda existentes e criará um abismo ainda maior de distanciamento dos reais problemas da agricultura familiar, acirrando as disparidades entre as regiões brasileiras.

Destaca-se, com isso, que o retorno do MDA e das políticas por ele executadas, bem como, do seu modelo de participação social através do CONDRAF, seriam fundamentais para a continuidade de um trabalho de minimização das diferenças regionais, territoriais e culturais atinentes ao universo agrário brasileiro da agricultura familiar. Inclusive, esse modelo fez com que o Brasil se tonasse referência em políticas públicas para agricultura familiar e agroecologia pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU).

### **III. Metodologia**

A metodologia deste trabalho se baseia pela revisão bibliográfica teórica de textos, artigos e escritos acerca da temática em questão, bem como, da escrita do(s) autor(es) com base em suas experiências e vivências laborais no que tange às suas funções de pesquisadores de instituição de Estado brasileira que trabalha no campo da pesquisa científica ligada ao setor da agricultura. Ou seja, as suas participações em vários projetos de pesquisa e de desenvolvimento, em sua instituição (EMBRAPA) assim como em parceria com outras instituições de Estado (federal, estadual e municipal), aliados à ONG's, associações, sindicatos, cooperativas e representações da agricultura familiar e de movimentos sociais do campo, os creditam a realizar escritas com base primária de observação a campo e interação com a sociedade e as comunidades, no caso em questão, com as comunidades indígenas, até mesmo por suas Unidades de pesquisa localizarem-se no bioma Amazônico (Amazonas e Roraima).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Além desta estratégia, também as trocas de percepções e visões entre os grupos de pesquisa e estudo aos quais fazem parte, faz com que a riqueza de informações e dados a serem trocados e interagidos seja amplo e contributivo para uma análise mais macro das situações atuais e perspectivas de cenários futuros, com base na realidade das comunidades indígenas às quais esses grupos têm interação e realização de atividades.

Nomeadamente pode-se citar o Grupo de Estudo e Pesquisa em Agricultura Familiar, Inovação, Sustentabilidade e Ruralidade (GEPAFISR) celebrado entre EMBRAPA/CNPq, onde diversos pesquisadores e professores de universidades da região Norte contribuem com suas investigações.

### IV. Análise e discussão dos dados

A partir do ano de 2008 a Embrapa Roraima começa a intensificar e priorizar o trabalho em áreas indígenas, bem como, abarcar essa temática via projetos específicos para tal categoria social. Ainda em 2008 os indígenas da etnia Wai Wai fundaram a sua associação denominada Associação dos Povos Indígenas Wai Wai (APIW) com a finalidade de representar os interesses das oito (08) comunidades indígenas que compõe os povos da etnia Wai Wai no estado de Roraima. Esse ato de criação, em assembleia, ocorreu na comunidade Jatapuzinho, pertencente ao município de Caroebe, na qual a diretoria teria mandato de três (03) anos. Um dos pontos principais levantados foi a importância da APIW na tentativa de solucionar o problema do escoamento e comercialização da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), que é a principal fonte de renda desses indígenas. Assim sendo, em 2010 uma emenda parlamentar foi aportada na Embrapa Roraima para o Projeto Valorização da Agricultura Indígena (VAI) que procurou trabalhar na perspectiva das demandas tecnológicas das comunidades indígenas do estado com um rol de opções aos sistemas de produção adaptados à realidade local e cultural dos indígenas, nomeadamente, a cultura da mandioca, pimenta e a criação de peixes.

A etnia Wai Wai é composta por oito (08) comunidades que estão localizadas em duas TI's – Trombetas/Mapuera e Wai Wai. As principais atividades estão relacionadas a coleta de castanha do Brasil e a farinha de mandioca (*Manihot esculenta*).

Percebe-se a importância que a castanha do Brasil assume na vida e na dinâmica social das comunidades indígenas da etnia Wai Wai, a qual responde, em média, a cada ano, em uma quantidade que varia de 200 a 450 toneladas, em grande parte, essa variação dependente do regime de secas/chuvas e outros fatores climáticos e de manejo dos castanhais.

No caso da mandioca, tem-se, também, dados repassados em conversa pessoal com os tuxauas das comunidades de que a produção de farinha gira ao redor de 600 sacos/mês a um preço médio de R\$ 200,00/saco.

Outras produções também são trabalhadas, no entanto, com um grau de importância menor, sendo que muitos destes produtos servem de base para a alimentação para as próprias famílias nas comunidades. As produções secundárias são: banana, batata doce, cupuaçu, caju, cacau, mamão, laranja, limão, açaí, buriti, pupunha, côco, cará, cana de açúcar, abacaxi e algodão, sendo que, basicamente, estas culturas são para o consumo próprio das famílias indígenas em suas comunidades e o excedente, quando há, é comercializado em pequena escala nas cidades mais



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

próximas. Da mandioca brava fazem beiju, farinha e bebidas à base de tapioca (caxiri).

Da castanha uma pequena parcela é destinada ao consumo próprio da comunidade onde são feitos a paçoca, leite, mingau, beiju e doce. Também a caça (jacaré, paca, iguana) e pesca compõe a dieta alimentar dos indígenas, bem como, exploram peixes ornamentais e o cipó títica. Nas comunidades onde existem escolas as mesmas são amparadas pelo governo do estado com gêneros alimentícios para a merenda escolar (feijão, arroz, massa, café, etc.) com a entrega via aérea com certa periodicidade.

### V. Conclusões

Pode-se resumir que entre as principais demandas e gargalos enfrentados pelas comunidades indígenas dos Wai Wai estão relacionados aos seguintes aspectos: *a*) maiores produtividades em função de técnicas de manejo das principais culturas (castanha e mandioca) e das secundárias, em segundo plano; *b*) uma maior estabilidade de produção da castanha do Brasil em função da variação sazonal em função do regime hídrico e, em grande parte, às técnicas de manejo; *c*) formas alternativas de rotas para o transporte e logística para comercialização da produção pois, quase todo traslado é realizado pela via fluvial, sendo que, em alguns casos, as distâncias variam de 20 a 70 km até a estrada mais próxima que, por sua vez, dará acesso pela via rodoviária até as cidades mais próximas; *d*) a necessidade de professores e técnicos 'indígenas' nas escolas e nos cursos de capacitação para seus pares de forma que haja uma maior interação, aproximação, pertencimento e comprometimento à realidade da comunidade; *e*) a necessidade de acompanhamento gerencial mais profissionalizado entre os próprios indígenas, pois atualmente, a associação (APIW) encontra-se inadimplente ainda e, com isso, não consegue captar recursos e nem acessar as políticas públicas de comercialização (PAA e PNAE), ainda que tenha diminuído, sensivelmente, suas dívidas; *f*) tecnologias para o saneamento básico rural (fossa séptica biodigestora, clorador e jardim filtrante) e formas alternativas de energia (fotovoltaica e eólica); e *g*) a necessidade urgente da instalação de infraestrutura, em Caroebe/RR, no sul do Estado, de uma agroindústria para processamento mínimo (classificação, secagem, descascamento e embalagem) das castanhas com a finalidade de agregação de valor e criação de marca própria com identidade regional, pois hoje, sabe-se, por informações pessoais e extraoficiais que as castanhas dos indígenas Wai Wai são comercializadas, via atravessadores, nos estados do Amazonas, Pará e Acre sem identificação.

Da descrição das demandas elencadas percebe-se que as comunidades indígenas ainda necessitam de um grande aporte de apoios e suportes, tanto tecnológicos quanto não tecnológicos para a superação de seus principais gargalos. Algumas ações e atividades estão sendo realizadas, no entanto, ainda alguns pontos de estrangulamento merecem atenção especial para que tenham mais autonomia e protagonismo social e produtivo, como por exemplo, o acesso a linhas específicas e diferenciadas de comercialização e processos de agroindustrialização com o intuito de agregação de valor e reconhecimento de marcas próprias associadas à produção local, como é o caso, das castanhas do Brasil dos Wai Wai de Roraima. Para tal, não só as instituições públicas da União tem um papel importante nessa construção coletiva, bem como, os mais diversos órgãos e entidades de



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

âmbito estadual e municipal, universidades, ONG's e as organizações sociais da agricultura familiar, em especial, nesse caso, das representações indígenas.

## **VI. Bibliografía**

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Soluções tecnológicas e inovação: a Embrapa no ano internacional da agricultura familiar (AIAF) / Embrapa. – Brasília, DF: Embrapa, 2014, 141p. color. Inclui Separata do Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar 2014. 1. Agricultura familiar. 2. Pesquisa. 3. Política agrícola. I. Título**

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** – IBGE – Censo Agropecuário de 2006 e Censo Demográfico de 2010. Dados Censitários. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SEAPA. **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima.** – SEAPA – DEPA. Dados da região e de produção. Disponível em: < <http://www.seapa.rr.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Tonini, H.; Lopes, C. E. V.; Borges, R. A.; Kaminski, P. E.; Alves, M. S.; Fagundes, P. R. O. **Fenologia, estrutura e produção de sementes em castanhais nativos de Roraima e características socioeconômicas dos extrativistas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais 9(2): 399-414. 2014.